



AGRONEGÓCIO E MONOCULTURAS: DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DA FASE PARA O DEBATE COM PARCEIROS

FASE

Dezembro de 2006

Este texto sistematiza a experiência de atuação da FASE frente ao agronegócio e as monoculturas, e visa contribuir com o debate e a construção de diagnósticos, visões e propostas coletivas junto com nossos parceiros.

Várias instâncias da FASE estão engajadas em ações diversas no enfrentamento desta problemática. Estamos em particular no “front”, presentes no território, lá onde populações rurais e florestais estão sendo pressionadas e expulsas pela cana, pela soja ou pelo eucalipto. Contribuímos na assessoria direta às associações de agricultores e agricultoras familiares e agroextrativistas que praticam a economia solidária e promovem a agroecologia. Apoiamos os atingidos por essas monoculturas e produzimos estudos para a defesa e exigibilidade dos seus direitos. Temos recebido uma forte pressão para nos “abrir ao diálogo” e para incorporar a “responsabilidade empresarial”. Faz-se necessário, portanto, em respeito aos setores sociais com quem trabalhamos e aos nossos parceiros e apoiadores, explicitar qual é a nossa posição atual, sobre a qual desejamos debater e socializar.

I. O que está em questão?

A forma de ocupação do território.

À diferença dos períodos anteriores de produção para exportação (cana, café, borracha, cacau, algodão) ou não (pecuária) que ocupavam espaços delimitados do território, mantendo-se confinados nesses espaços (cana), ou abandonando-os para migrar para outras áreas (café, pecuária, madeira), hoje os ciclos de produção tendem a se espalhar sobre todo o território, abrindo novas áreas na “frente de expansão” ou reconquistam áreas abandonadas e/ou degradadas. Contudo, mesmo que na lógica desenvolvimentista sejam consideradas degradadas e/ou abandonadas, muitas destas áreas são constitutivas de uma dinâmica sócio-cultural e ecológica peculiar, não sendo, portanto, cabível transformá-las em áreas de monocultivo. Vale isto ainda mais no caso da Amazônia onde a diversidade florestal não permite ser considerada “reflorestamento” a substituição destas áreas por plantações homogêneas e/ou monocultivos. Junto com as grandes culturas de grãos e a pecuária, diversifica-se a produção para exportação: frangos e suínos à base de soja, carcinicultura, flores, frutas. Ao lado das culturas alimentares, vale destacar o crescimento das produções industrializadas, madeira para papel/celulose, carvão vegetal, construção civil, biomassa para fins energéticos, algodão.

Essa produção tem um caráter “totalitário”. Ela não coexiste com a agricultura camponesa e com o agroextrativismo, menos ainda com a opção agroecológica. Se antes não utilizava certos espaços, devido à distância dos mercados, a solos inférteis ou inapropriados para a exploração tradicional, já que não lhes deixa mais espaços, hoje, a correção dos solos, sementes que se adaptam a diversas condições de clima e de solos, novas produções (carcinicultura) facilitam a sua expansão em detrimento das atividades do camponato e dos agroextrativistas. Também, os seus métodos de produção, agressivos no emprego massivo de agrotóxicos e exigentes em água, dificultam e mesmo impossibilitam a produção camponesa e a sobrevivência das famílias e dos núcleos rurais ilhados, sem água ou com água contaminada, com seus pomares, suas roças e suas criações de pequenos animais e de abelhas envenenadas. Lá onde agricultores familiares querem produzir soja não-transgênica, o emprego de sementes transgênicas ao seu lado impede na prática que se plantem variedades não-transgênicas, pela contaminação no uso das mesmas máquinas, no armazenamento e no transporte.

Beneficiando-se de preços favoráveis dos produtos, de subsídios ou de créditos, de preços baixos da terra em áreas remotas ou consideradas inaptas, pelas características do solo ou por estarem degradadas, expulsa pela força ou pressiona os camponeses e agroextrativistas a venderem suas posses em razão da depressão dos preços dos seus produtos e pela falta de serviços públicos no campo.

A maioria das culturas de exportação é herdeira do latifúndio. Assim, a grande exploração foi naturalizada, como se só se pudesse produzir em grandes propriedades. O maquinário, o sistema de apoio à produção (crédito, armazéns, vias de comunicação, etc.), o tecido urbano interiorano estão sendo produzidos em função disso.

Esse modelo de agricultura produz impactos ambientais negativos que hipotecam o futuro: empobrecimento e contaminação dos solos; perda da biodiversidade, natural e cultivada; diminuição das águas e contaminação; mudanças micro-climáticas; riscos de desertificação; perda das paisagens; erosão biológica e genética. Esses impactos não são meramente ambientais. Têm o potencial de afetar a qualidade de vida rural e urbana, a saúde, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Esse modelo promoveu o desgaste de práticas culturais antigas relacionadas ao manejo dos sistemas de produção e levou a seu abandono. Os saberes tradicionais acumulados das vivências das comunidades indígenas, extrativistas, quilombolas foram desvalorizados, desqualificados e colocados à margem do sistema de conhecimentos do mundo globalizado.

Os vários deslocamentos produzidos.

A “Revolução Verde” transformou profundamente a agricultura no plano tecnológico, baseado no tripé maquinário, insumos químicos e sementes e matrizes cada vez mais artificializadas. Vale notar que o conhecimento científico foi e continua sendo colocado quase que totalmente a serviço deste modelo. “Liberadas da necessidade de se fornecer a si mesmas bens de consumo variados e bens de produção essenciais (força de tração, adubos, alimentação dos animais, sementes, matrizes, ferramentas, etc.), as explorações agrícolas se especializaram: elas abandonaram a diversificação da produção para consagrar-se quase que exclusivamente a algumas produções destinadas a venda”¹. Isto cavou o abismo entre os agricultores que tiveram condições de se adaptar (instrução, conhecimentos, capital e terra) e os outros que ficaram excluídos. Mais especializada e totalmente voltada para o mercado,

¹ Mazoyer, Marcel e Roudart, Laurence. **Histoire des agricultures du monde**. Du néolithique à la crise contemporaine. Paris, Seuil, 1997.p.378

tendo obtido ganhos de produtividade enormes, essa agricultura é fruto da internacionalização do mercado e, ao mesmo tempo, produtora dessa internacionalização.

Ela marca o deslocamento da centralidade na produção agropecuária do produtor para a indústria e a agroindústria à montante e à jusante da produção. As máquinas postas à disposição do agricultor pela primeira revolução industrial não eram tão sofisticadas que não pudessem ser consertadas pelo agricultor ou pelo ferreiro da aldeia. Agora, máquinas, sementes e matrizes, entrepostos, indústrias de beneficiamento, empresas de comercialização, assistência técnica, bancos, crédito e seguro, planejamento da produção, bolsas de mercadorias, infra-estrutura de transporte, tudo é dirigido e concebido na cidade. Passa a prevalecer o consumo de produtos industrializados. Quase não há mais contato entre o produtor e o consumidor. Hipermercados ditam as regras para seus fornecedores. A dieta alimentar não mais tem a ver com as produções locais e de estação. Isso não é forçosamente sinal de diversificação, mas de empobrecimento da dieta alimentar, comandada pelo mercado.

Esse modelo, aliado à concentração urbana e à massificação das mídias, modificou profundamente o consumo. Há uma padronização dos gostos através do mundo. Por exemplo, quatro grãos - milho, arroz, soja, trigo - concentram a quase totalidade do consumo de grãos. À medida que novas camadas da população ampliam o seu consumo, elas modificam seu cardápio alimentar. Evoluem do consumo de grãos e produtos locais para um maior consumo de trigo. A seguir, do consumo de grãos, passam ao consumo de carne. De um consumo de produtos essenciais básicos, passam a um consumo de luxo, explorado como “nicho” por produtores especializados, para produtos frescos e produtos diferenciados (camarão, lagosta, frutas exóticas, animais de caça, etc.). Essa dinâmica se apóia e favorece em retorno o comércio mundial.

Esse deslocamento não se dá principalmente entre a zona produtiva e a cidade próxima. O planejamento e a gestão dessa agricultura voltada exclusivamente para o mercado global, quer se realize aqui ou no exterior do país, são, de certo modo, desterritorializados, pois os centros de pesquisa, de elaboração de tecnologias e de decisões, com a concentração industrial e financeira nas mãos de multinacionais e de bolsas de mercadorias, se situam em países distantes. Instâncias internacionais – OMC, BIRD, OCDE - se concentram no apoio aos mecanismos de desregulação do mercado, visando a criação de mecanismos globais de facilitação da livre circulação dos lucros das grandes corporações. Entretanto, seus impactos socioambientais são sentidos pela população local, ou seja, são profundamente territorializados.

Com a introdução de novas atividades agro-industriais e comerciais, desaparecem outras, mais próximas do agricultor. Muda assim a relação rural-urbano. A configuração do território se modifica: desaparecimento dos pequenos núcleos rurais, desertificação humana de grandes espaços, favelização de pequenas e médias cidades; diminuição e abandono de ramificações locais de transporte local e crescimento das grandes redes e ampliação da fragmentação sócio-territorial.

O sucesso aparente deste modelo, conquistador e amansador do território, associado a tecnologias de ponta, operador de poderosas máquinas, veículo do “country look” e dos rodeios, formador de uma classe média e salvador do superávit da balança comercial dão-lhe uma grande força ideológica, geralmente amparada pelo poder político e pelas mídias, com o discurso que ele “traz o desenvolvimento, o progresso e empregos”. O modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil estabeleceu um nível de dependência tão elevado da nossa economia em relação ao mercado externo - como a produção de soja, de algodão, de carne bovina e de frango, de cana-de-açúcar, de árvores para produção de papel/celulose e carvão vegetal, de biomassa para fins energéticos, entre outras mercadorias -, que a adoção de medidas restritivas ou mesmo de controle sobre a expansão das mesmas pode impactar negativamente as economias de importantes e diferentes áreas do país, o tesouro nacional e

mesmo a importação de bens necessários ao modelo atual de produção e consumo. A monocultura tende assim a ser totalmente identificada com crescimento e desenvolvimento, transformando o seu questionamento num grande desafio para nós.

Por outro lado, observa-se também o fortalecimento de um pensamento crítico sobre este modelo, que incorpora desde o campesinato, consumidores preocupados somente em adquirir produtos limpos, até movimentos de resistência à globalização capitalista que questionam este modelo de produção, em defesa de uma agricultura camponesa, do meio ambiente, da saúde, dos direitos humanos e/ou da alteração nas relações de poder entre países.

II. A razão política do debate.

O modelo de desenvolvimento dominante no Brasil e internacionalmente apóia-se sobre um modo de produção e de consumo que necessita cada vez mais da extração de recursos naturais, de mais e mais produtos consumidos, despejando no ambiente o lixo da produção e do consumo. Um país se constrói na interação de uma população com o território no qual é inserida. E essa interação se dá nas atividades econômicas, políticas, culturais e sociais. A construção social do território brasileiro, tal como está sendo aprofundada nessas últimas décadas, hipoteca o futuro por criar riscos de insustentabilidade ambiental e por reforçar a desigualdade social, inter-regional e entre países.

Estão em jogo: a) a possibilidade de manutenção da democracia e de fortalecimento das suas instituições, num território dominado por interesses econômicos sempre mais concentrados, no campo e na cidade, num território hegemônico por um único modelo de produção que nega e destrói a bio e a sócio-diversidade; b) a possibilidade do território permitir, no futuro, o abastecimento da população com uma produção agropecuária e agroextrativista de qualidade, garantir água - e água de qualidade e na quantidade necessária; c) a possibilidade de cumprimento dos Direitos Humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais – DhESCA's. Não havendo mais lugar para que camponeses e agroextrativistas desenvolvam seus projetos de vida e de reprodução e, ao seu redor, os múltiplos serviços e atividades, sobra-lhes serem reduzidos à condição de assistidos, por motivos humanitários.

A FASE, como organização historicamente voltada para apoiar segmentos sociais desfavorecidos e/ou excluídos do acesso a cidadania e a condições dignas de vida, não pode se omitir. Através da sua intervenção social e educacional, que privilegia o protagonismo dos setores sociais, aprendeu que a luta dos grupos sociais com os quais ela trabalha por terra, por uma agricultura camponesa, pela agroecologia, por economia solidária, por água, por saneamento, por moradia, coloca em questão a democracia, o modelo de desenvolvimento, a justiça e o cumprimento dos direitos humanos. Trabalhar com essa população leva a enfrentar essas questões de fundo.

III. O método.

Se os termos do debate são claros, na realidade, enfrentamos questões e contradições que perpassam a sociedade e a nós mesmos. Como passar do pacote tecnológico da Revolução Verde à agroecologia sem que haja desabastecimento? Com um campo esvaziado com a imensa maioria dos habitantes da cidade que não aceitaria voltar para o campo, com a produção agro-industrial e industrial concentrada, é possível reequilibrar o território? Como conseguir reverter um modelo de consumo que se tornou indispensável à vida moderna? Como desenvolver solidariedade entre o campo e a cidade numa nova perspectiva?

Como dito acima, essas questões se enfrentam via debate e ações sobre desenvolvimento e território e via direitos humanos. A intervenção nossa sobre essas monoculturas se dá nos

vários níveis de trabalho da FASE: o local; o estadual/regional; o nacional, na América Latina, no plano internacional.

Ela envolve projetos demonstrativos, articulação em redes e fóruns, intervenção em políticas públicas, atividades de assessoria e formação, campanhas.

Esse envolvimento em vários níveis e tipos de atividade deve ser simultâneo, coordenado e coerente. Embora cada programa da FASE atue em relação a uma ou duas monoculturas, defronta-se com a mesma lógica de conjunto: extensão da grande propriedade; modelo tecnológico negativamente impactante sobre a saúde e o meio ambiente; expulsão da população e geração reduzida de empregos; esvaziamento econômico dos pequenos municípios e criação de aglomerações sub-urbanas que não oferecem serviços nem trabalho; perpetuação de oligarquias locais e da ausência de um Estado e de uma sociedade democráticos; confirmação e aprofundamento de um modelo de desenvolvimento a serviço do mercado mundial neoliberal; aprofundamento da subordinação do país aos interesses dos países dominantes. Consideramos portanto que o enfrentamento deve ser global.

O questionamento das monoculturas é feito a partir dos impactos sociais e ambientais causados por elas (justiça ambiental); a partir da existência de um campesinato e de agroextrativistas que querem continuar a viver e produzir, que estejam simplesmente resistindo ou já estejam vivenciando ou propondo projetos alternativos ao modelo agrícola dominante; a partir de um projeto para o país de outro modelo de desenvolvimento. É a conjugação dessas abordagens que caracteriza a intervenção da FASE, nos seus diferentes níveis.

Quando dizemos *não à soja* ou *não ao eucalipto*, é nossa responsabilidade mostrar concretamente no terreno da disputa quais alternativas possíveis e como pode ser a transição. Mas não é suficiente dizer que somos, por exemplo, contra a soja na Amazônia. Num outro plano, temos que tentar responder sobre a viabilidade da produção de soja pelo pequeno produtor e em que condições. Não é suficiente dizer que se deve diminuir o consumo de papel ou de aço. Deve-se construir um posicionamento sobre a produção de árvores no Brasil. É também nosso papel dialogar com as organizações populares e sindicais para contribuímos na construção de suas posições e nos posicionarmos ativamente sobre o desenvolvimento. E, no plano internacional, é nessa linha que devemos buscar parcerias e lutas comuns, no Sul e no Norte.

IV. Nossas propostas.

1. Com os setores sociais, organizações populares e sindicais e movimentos sociais com que atuamos, defendemos uma reforma agrária sustentável, a limitação do tamanho da propriedade e a construção de alternativas ao desenvolvimento agrícola e agrário dominante e ao extrativismo predatório. Em particular, defendemos que a agricultura, a pecuária e o extrativismo sejam principalmente baseados sobre a agricultura camponesa diversificada, iniciando ou reforçando a transição em direção a agroecologia. Neste sentido, nos opomos ao modelo dominante e o combatemos;
2. Questionamos a excessiva prioridade dada ao mercado externo e aos termos em que se dá. Se, a curto prazo, a exportação de matérias primas e de *commodities* agrícolas, que contribui grandemente para que o governo atinja metas de superávit da balança comercial escandalosas, pode aparecer como alavancas para o “desenvolvimento”, na realidade, estamos com ela exportando nossos recursos naturais e bloqueando qualquer possibilidade de

democratização da terra e da produção agrícola. Se é verdade que não se pode tomar medidas abruptas que causem a desestabilização do país, é verdade também que não há como manter a economia brasileira com o foco quase que exclusivamente voltado para o mercado externo, sem grandes prejuízos sociais e ambientais. Por isso, urge iniciar uma transição para um modelo voltado para o abastecimento do mercado interno e regional, baseado principalmente sobre a agricultura familiar e camponesa;

3. Urge também reorientar as prioridades da política externa do governo brasileiro nas negociações de comércio internacional. Ao invés de buscar acordos que ampliem ainda mais a expansão das exportações do agronegócio – e para tal acabe aceitando ceder às corporações dos países do Norte a ingerência em nossas políticas de saúde, educação, industrial, de provisão de serviços e de investimentos - deve priorizar a defesa e proteção da agricultura familiar e camponesa, e mecanismos que devolvam ao Brasil e aos demais países do Sul o direito de formularem políticas públicas a favor da distribuição, da sustentabilidade, e da soberania e segurança alimentar. Neste sentido, o governo brasileiro deve priorizar os programas de garantia de estoques de alimentos, de aquisição de gêneros da produção familiar de base agroecológica, de proteção aos produtos básicos da dieta alimentar da população, de proteção das sementes crioulas e da diversidade biológica;
4. Apoiamos a diversificação produtiva e a variedade da dieta alimentar, segundo as características dos ecossistemas e as tradições locais. Por isso, priorizamos as culturas e criações tradicionais, que compõem a alimentação básica da população na região e no país e garantem a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional. A introdução de novas culturas nos sistemas de produção camponesa, não pode, na nossa opinião, substituir ou se sobrepor às suas culturas e criações tradicionais. Quando introduzidas, que seja na lógica da diversificação da produção e da agroecologia, não como monoculturas;
5. A segurança e soberania energética brasileira, a partir da biomassa, deve estar baseada na agroecologia, acompanhada de investimentos em pesquisa sobre fontes alternativas, fortalecimento e financiamento da produção familiar, combate a concentração fundiária, repotencialização das usinas existentes, modernização tecnológica na rede de distribuição e educação para evitar o desperdício;
6. Afirmamos a agroecologia como um paradigma técnico-científico e uma nova estratégia de desenvolvimento para o campo que se contrapõe aos pressupostos da Revolução Verde, baseada na utilização intensiva de motomecanização, de fertilizantes inorgânicos, de agrotóxicos, de uso intensivo dos recursos naturais e da chamada Biorevolução que vem acentuando a simplificação e artificialização extrema do meio natural e impulsionando o patenteamento dos seres vivos. A agroecologia compreende os aspectos sociais, econômicos, ambientais, agronômicos e culturais numa perspectiva do desenvolvimento sustentável da agricultura, da pecuária e do extrativismo. Portanto, a contraposição vai além do modelo tecnológico. O campo agroecológico do qual a FASE participa, representado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), defende: os direitos territoriais dos povos e populações tradicionais e a Reforma Agrária; a diversificação dos sistemas produtivos com menor dependência possível dos insumos externos; a conservação e uso dos recursos naturais e da biodiversidade; a construção do conhecimento agroecológico com a valorização dos conhecimentos tradicionais de manejo dos recursos florestais, sementes, animais, do solo, da água conjuntamente

com a incorporação de tecnologias apropriadas; a equidade de gênero; formas de financiamento apropriadas e gestão social do desenvolvimento agroecológico; novas relações com mercados em bases éticas, solidárias e fundamentadas em alianças entre produtores e consumidores. Por isso consideramos crucial uma reorientação das prioridades de pesquisa, de assistência técnica e de desenvolvimento de tecnologias em prol da viabilização da agroecologia;

7. A reorientação da produção que defendemos deve ser associada a mudanças no consumo, diminuição, reorientação e qualidade; consumo voltado para a massa da população e não para uma elite; secundariamente abastecendo o mercado externo, hoje como uma alternativa que pode ser indispensável à reprodução familiar e, no futuro, numa perspectiva de complementaridade e de solidariedade, para com populações ameaçadas por catástrofes, por exemplo, e não de concorrência;
8. O papel exercido pelos grandes grupos empresariais do agronegócio, freqüentemente multinacionais, vai muito além do campo. A questão da produção (quais produtos, produzidos sob qual sistema) na ótica da soberania e da segurança alimentar e nutricional e do meio ambiente também vai além do campo. A economia solidária articula campo e cidade. É o modelo de desenvolvimento que está em questão. Por isso, o debate tem que incorporar as organizações que têm como foco a cidade;
9. Nas áreas/regiões onde a FASE trabalha e as entidades, organizações populares e grupos sociais atingidos se opõem às monoculturas, as alternativas discutidas com a população dificilmente podem incluir o produto monocultivado, sob pena de obscurecer a luta dos grupos atingidos contra a monocultura. Permitiria ao setor empresarial se aproveitar do fato para sua argumentação em favor da cultura e aos atingidos perderem a clareza do que eles combatem. Por exemplo, a FASE não vai encorajar o fomento florestal com eucalipto para a agricultura familiar no Espírito Santo ou a soja para a agricultura familiar no Pará.
10. Se um grupo se voltar para essas culturas, em outras regiões, a FASE buscará entender e apoiar-lo, para que seu empreendimento se distinga com maior clareza do empreendimento empresarial, desenvolvendo sistemas produtivos diversificados, com a manutenção de policultivos anuais e perenes associados a criações, adotando os princípios agroecológicos e estimulando associações cooperativas.
11. A FASE avalia que os processos de certificação dominantes são instrumentos de mercado predominantemente voltados para os meios empresariais. Mesmo quando incorporam o atendimento de setores da agricultura familiar, essa abertura acaba legitimando estratégias a serviço desses meios. Do ponto de vista estritamente ambiental e trabalhista, podem fazer sentido na medida em que houver monitoramento, fiscalização e controle social. Caso contrário, podem produzir um efeito de maquiagem que agravaria no final das contas os problemas criados pelo modelo;
12. A FASE trabalha para que sejam viabilizadas e reconhecidas formas alternativas de certificação, como as promovidas pela Rede Ecovida. Reconhece, porém, que um processo de transição, para garantir a famílias e grupos a sua renda, pode exigir que seja feito o apelo aos sistemas de certificação dominantes;

13. A FASE reconhece a legitimidade das agências de ajuda e organizações do Norte dialogarem com empresas de seus países importadoras de produtos do agronegócio brasileiro e, portanto, de questionar o modo como este produz aqui. Porém, questiona se essas mesmas organizações estão dispostas a discutirem o modelo de consumo nos seus países e as propostas formuladas por organizações como a Via Campesina, de reorientação e proteção da produção agrícola familiar e camponesa nos seus países. Demanda a essas organizações para que não envolvam, aqui, em ações orientadas por questões domésticas lá, as suas parceiras que trabalham com o campesinato;
14. A FASE não nega que suas propostas precisam de tempo e de políticas públicas fortes, e que as condições políticas, econômicas e técnicas não estão reunidas para sua implementação imediata, nem, provavelmente, a médio prazo. Portanto, é necessária uma transição, o que coloca a questão da necessária coexistência entre duas formas de produção e classes sociais antagônicas. Por isso, respeita as organizações que têm como missão trabalhar com os setores econômicos empresariais e as classes dominantes, sob a condição de que elas saibam se diferenciar dos interesses corporativos desses setores e respeitar e compreender a profunda injustiça e a abismal desigualdade que imperam em nosso país;
15. Sempre mais vemos, com alguma preocupação, ONGs próximas dos movimentos sociais e mesmo organizações dos próprios movimentos sociais voltarem-se para a discussão da responsabilidade social empresarial, da sustentabilidade social e ambiental da produção empresarial;
16. Sem que julguemos essas organizações, reconhecendo seu direito de escolher outros caminhos, consideramos que a FASE não deve investir na promoção da responsabilidade social empresarial por vários motivos:
 - Seria desviar preciosos e escassos recursos destinados ao apoio a grupos sociais pobres e excluídos para se preocupar com os interesses de grupos privilegiados. Mesmo que alguns tenham um interesse real em mudar para melhor a sua ação, a regra norteadora da sua boa conduta continua sendo o seu lucro. Menos mal, pode-se dizer. Mas não recebemos recursos, privados ou públicos, para garantir a taxa de lucro dos acionistas ou dos donos e altos executivos de empresas que querem se apresentar como vanguarda ambiental;
 - Seria legitimar indevidamente setores que historicamente contribuíram para a sobreexploração do trabalho e mesmo para a perpetuação do trabalho escravo;
 - Seria desonerar o poder público da sua responsabilidade de garantir o cumprimento da lei, pois o respeito à legislação ambiental, social e trabalhista não deveria ser premiado, enquanto a maioria que não a respeita deveria ser punida;
 - Seria renunciar a qualquer transformação da profunda injustiça fundiária no Brasil, ao apontar como modelos empresas que, através dos seus órgãos de representação, nunca manifestaram seu apoio à supressão do latifúndio, mas, pelo contrário, contribuem para sua expansão e, com isso, para a sobrevivência da mentalidade e dos comportamentos escravocratas e ao aprofundamento da desigualdade;
 - Ao valorizar empresas que nunca se solidarizaram com as famílias de trabalhadores rurais, índios e ambientalistas assassinados, seria esquecer nossos mortos e nos identificar como pessoas e entidades de memória curta. Seria renunciar a algo que transcenda uma mera moralização de fachada do modelo de produção, de consumo e de mercado hegemônico, se nos centrarmos no discurso de que os consumidores urbanos das nossas cidades e do “Norte” devem comprar de empresas social e ambientalmente sustentáveis. Seria ainda renunciar a uma aliança entre nós, do Sul com o Norte, do campo com a

cidade, para que continuemos buscando uma mudança de sociedade sem a qual nos resta o cinismo, a caridade ou o pragmatismo;

- Seria aceitar que o pragmatismo redirecione nossas atividades e, com ele, nos despedir do campesinato, dos povos indígenas e das múltiplas identidades dos agroextrativistas. Todos eles continuam dizendo: queremos continuar a viver sendo camponeses, índios, extrativistas, pescadores....

Em conclusão: ceder à onda ou resistir?

Cedendo:

Vocês que chamávamos de companheiras e companheiros, de irmãos, de Seu José, de Dona Maria, de cacique Damião, de Francisca e de Antônio, vocês não sabem, mas já morreram. Foi muito bom andar um pedaço de caminho na sua companhia. Desculpem o pouco que fizemos. Agora, é jogo grande. É o crescimento do país. Não se preocupem, é por seu bem. A gente se despede. Inté. Quem sabe se um Fome Zero não nos traga de volta. Digam a Ribamar e a Dona Zefina que um de nós terá prazer em ser padrinho do seu filho, quando voltar, se ainda estiverem lá.

Resistindo:

Não é sem angústia que nos equilibramos sobre a corda bamba da utopia, possuídos pela vertigem, menos pelo abismo cavado sob nossos pés, mas pela distância que nos separa da plataforma segura de onde partimos e para onde querem que regressemos, pois que idéia é essa de achar que algo lhes espera do outro lado. Vertigem, porque sabemos que as sereias não cantam no vazio e que tampouco sabemos o que nos aguarda. Mas o que seria da arte da vida sem o movimento que nos mantém em pé, sem uma direção que oriente o movimento, sem algo no fim da corda bamba que continue sendo um sonho de justiça, de solidariedade, de dignidade e de igualdade? Não inventamos esse sonho, porque o que nos apruma e nos faz avançar é ele, não mais sonhado, mas vivido por tantas mulheres, tantos jovens, tantos homens com quem convivemos e ao lado de quem lutamos, que não dá para recuar nem para cair.

Assim sendo, as opções parecem claras: a diversificação agrícola contra a monocultura; a produção familiar e camponesa contra o agronegócio; a agroecologia contra o modelo da Revolução Verde e da Revolução Genética; a reforma agrária e a limitação do tamanho das propriedades contra o latifúndio; a manutenção dos ecossistemas contra a homogeneização do espaço; o reequilíbrio entre o mundo rural e o urbano, entre as grandes cidades e as pequenas e médias contra o esvaziamento do campo e a concentração urbano-industrial; o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas e o direito de retorno a elas pelos povos e populações tradicionais contra a expropriação dos direitos territoriais e a privatização do meio ambiente; os usos sociais da biodiversidade contra o patenteamento dos recursos genéticos; a soberania alimentar e o fortalecimento dos mercados locais e regionais contra o mercado mundial neoliberal; a segurança alimentar e nutricional contra o empobrecimento da dieta alimentar. Se essas opções não são suficientes para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e democrático, e se assumi-las não garante a sua realização, nossa experiência nos mostra que elas continuam sendo factíveis econômica, social, ambiental e politicamente.